



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Considerações sobre o *cuidado* e as questões urbanas¹

Mariana Alves da Silva do Nascimento

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie

Priscila Fernandes Libonati

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie

Aline Vilarinho Brandão Lira

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie

Marília Aldegheri do Val

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie

Luiz Guilherme Rivera de Castro

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie

Sessão Temática 11: Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional

Resumo. O cuidado é uma atividade cotidiana que faz parte da rotina de todo ser, humano e não-humano, que depende do cuidado de outro(s) para sobreviver e suprir necessidades. No entanto, pouco se discute sobre o cuidado e como ele se manifesta para além dos espaços, práticas, e campos do saber tradicionalmente vinculados a ele. Propomos então neste artigo discutir a noção de cuidado, a partir de uma abordagem ética feminista, e como ele pode ser entendido como um esquema interpretativo e propositivo para repensarmos e agirmos sobre as questões urbanas, frente os desafios e paradigmas que estão sendo construídos no século XXI. Com base em pesquisa que vem sendo atualmente desenvolvida, introduzimos o conceito e suas diferentes dimensões. Em seguida, apresentamos e discutimos dois exemplos de infraestruturas de cuidado na cidade de São Paulo (SP). Por fim, concluímos com a proposição da necessidade de colocar e desenvolver a perspectiva teórica e prática do cuidado como uma das estratégias para promover cidades mais solidárias, inclusivas, justas e cuidadosas.

Palavras-chave. cuidado; cidade; ética feminista do cuidado; cuidado como infraestrutura.

Considerations about care and urban issues

Abstract. Caring is an everyday activity that is part of the routine of every being, human and non-human, who depends on the care of another(s) to survive and meet its needs. However, little is discussed about care and how it manifests itself beyond the spaces, practices, and fields of knowledge traditionally linked to it. In this article, we propose to discuss the notion of care, from

¹ Esta pesquisa teve apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de financiamento 001, e do Fundo Mackenzie de Pesquisa (MackPesquisa). Agradecemos também a colaboração de Letícia Baquini Carvalho e Erick Yuji Yamachi, e o apoio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU Mackenzie.

a feminist ethical approach, and how it can be understood as an interpretative and propositional scheme to rethink and act upon the urban questions, in face of the challenges and paradigms that are being built in the 21st century. Based on research that is currently being developed, we introduce the concept and its different dimensions. We then present and discuss two examples of care infrastructures in the city of São Paulo (SP). Finally, we conclude with the proposition of the need to place and develop the theoretical and practical perspective of care as one of the strategies to promote more supportive, inclusive, just and caring cities.

Keywords: care; city; feminist ethics of care; care as infrastructure.

Consideraciones sobre el cuidado y cuestiones urbanas

Resumen. *Cuidar es una actividad cotidiana que forma parte de la rutina de todo ser, humano y no humano, que depende de los cuidados de otro(s) para sobrevivir y satisfacer sus necesidades. Sin embargo, poco se habla de los cuidados y de cómo se manifiestan más allá de los espacios, prácticas y campos de conocimiento tradicionalmente vinculados a ellos. En este artículo, nos proponemos discutir la noción de cuidado, desde un enfoque ético feminista, y cómo puede ser entendida como un esquema interpretativo y propositivo para repensar y actuar sobre las cuestiones urbanas, frente a los desafíos y paradigmas que se construyen en el siglo XXI. Basándonos en investigaciones que se están desarrollando actualmente, presentamos el concepto y sus diferentes dimensiones. A continuación, presentamos y discutimos dos ejemplos de infraestructuras de cuidados en la ciudad de São Paulo (SP). Finalmente, concluimos proponiendo la necesidad de plantear y desarrollar la perspectiva teórica y práctica del cuidado como una de las estrategias para promover ciudades más solidarias, inclusivas, justas y solidarias.*

Palabras clave: cuidado; ciudad; ética feminista de lo cuidado; cuidado cómo infraestructura.

Introdução

Nosso objetivo neste artigo é colocar o cuidado como noção ou conceito que possibilita a construção de um esquema interpretativo e propositivo para as questões urbanas e regionais no Brasil, frente os desafios do século XXI, e suas implicações em estratégias políticas para o urbanismo e o planejamento urbano em particular. Para tal, nos apoiamos em contribuições de autores que discutem e conectam e articulam o cuidado a questões territoriais e urbanas, provenientes de diversos campos do conhecimento, pois o cuidado exige abordagem transdisciplinar (ALAM E HOUSTON, 2020; DAVIS, 2022; GEBAUER et al, 2021; POWER E WILLIAMS, 2019; WILLIAMS, 2016, 2020; CHATDZIDAKIS et al, 2020; KUSSY et al 2022). Em complemento, serão colocados dois exemplos de promoção do cuidado em práticas sociais e materiais cotidianas, na cidade de São Paulo.

Em um contexto de mudanças climáticas, devastação do meio-ambiente, aumento de desigualdades e injustiças no espaço urbano, e ampliação - mais que necessária - de debates sobre gênero, povos originários, populações minorizadas, racismo, etarismo, entre tantos outros temas, olhar as questões urbanas e regionais a partir da ética do cuidado incorpora às discussões uma perspectiva para ser/fazer/pensar de forma mais coletiva, equitativa, justa, localizada, democrática e, sobretudo, cuidadosa (WILLIAMS, 2017; 2020). Uma perspectiva contemporânea, baseada em práticas cotidianas e contextualizadas, para fenômenos contemporâneos.

A pandemia do Coronavírus, que até o momento não foi debelada, pôs em evidência a crise nos sistemas e nas políticas de cuidado de inúmeros países, entre os quais o Brasil. Aqui, a existência e atuação do Sistema Unificado de Saúde - SUS que, mesmo com suas deficiências, proporciona uma rede universal de amparo à saúde da população. Entretanto, o SUS não é imune à orientação política e econômica do governo central, o que se refletiu nas medidas em relação à pandemia, resultando em um grande número de óbitos no país. Até 22/12/2022, foram mais de 692 mil óbitos, com cerca de 320 óbitos por cem mil habitantes (<https://covid.saude.gov.br/>). Com a pandemia, as questões do cuidado, em seus múltiplos sentidos, ocuparam um grande espaço no debate público e colocaram em evidência, principalmente, a ausência de cuidados, particularmente em relação à

população mais vulnerável que em sua maior parte habita as periferias das grandes cidades, em assentamentos marcados por precariedades das mais diversas ordens.

Como prática social, o cuidado tem sido ampla e continuamente desvalorizado como trabalho não produtivo, associado às mulheres e ao feminino (CHATDZIDAKIS et al, 2020). No contexto das orientações neoliberais, a competição, como lógica dominante das relações sociais, tende a sobrepujar e a cancelar as ações de efetiva solidariedade e as políticas inclusivas e integrativas das populações e indivíduos mais vulneráveis.

“Os espaços deixados para atender aos diferentes e o desenvolvimento de formas mais expansivas de cuidados sofrem um rápido decréscimo. Para se apropriar de um termo famoso utilizado por Hannah Arendt, um nível sistêmico de banalidade permeia nosso descaso cotidiano. As notícias sobre catástrofes, como o grande número de refugiados afogados, ou a expansão do número de pessoas em situação de rua, tornou-se rotina.” (id *ibid.* p. 3)

As políticas neoliberais de privatização de todos os serviços públicos em nome da crença na eficiência do mercado apontam para a extinção das redes de proteção social e das instituições mantidas pelo Estado voltadas ao cuidado da população, notadamente de suas parcelas mais vulneráveis. Na perspectiva de cidades e sociedades menos desiguais e mais justas, é urgente e necessário o debate sobre estratégias políticas coerentes que se contraponham a essas fortes tendências (KUSSY et al, 2022). Os mesmos autores apontam que a atual distribuição do cuidado nas sociedades contemporâneas, sob a égide de políticas neoliberais, ao mesmo tempo produzem e aprofundam as desigualdades. Seriam necessárias novas formas de compreensão das questões do cuidado e, além disso, novas formas de gestão e de ação, articuladas às questões da gestão dos bens comuns, baseadas em solidariedade, cooperação comunitária, corresponsabilidade e auto-governo (id. *ibid.*).

Este trabalho faz parte dos esforços iniciais do grupo de pesquisa sobre a cidade e o cuidado, vinculado a um Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, e que busca identificar elementos, componentes e processos voltados para o cuidado com pessoas no ambiente urbano, em seus diferentes aspectos. Investiga como o cuidado e o não-cuidado (ou descaso) estão presentes nos espaços urbanos em relação a seus diversos usuários, sobretudo na intersecção com gênero, idade e capacidades físico-cognitivas. Alinha-se com grupos de pesquisa nacionais e internacionais, trans e interdisciplinares, que pesquisam o tema cuidado nas cidades em perspectiva conceitual, empírica, metodológica e ética, com o propósito de produzir conhecimentos voltados à criação de novas práticas de planos, projetos e políticas.

Nas seções a seguir, introduzimos o conceito de cuidado e suas dimensões, sob a perspectiva da ética feminista. Em seguida, para ilustrar nossa proposição para considerar o cuidado como esquema interpretativo e prático em relação ao no urbano, citamos dois exemplos de infraestruturas alternativas de cuidado (ALAM E HOUSTON, 2020) na cidade de São Paulo desenvolvidas inicialmente com foco nas pessoas com deficiência (PcDs), que estão inseridas em estruturas “tradicionais” não-pensadas a partir da perspectiva do cuidado, mas que podem ser analisadas como tal, além de fazermos um breve apanhado histórico da participação e inclusão de pessoas com deficiência na sociedade brasileira. Finalmente, discutimos as implicações do cuidado para a prática em urbanismo e a busca de um desenvolvimento urbano e regional mais inclusivo, solidário, equitativo, relacional, justo e cuidadoso.

1. O cuidado e o cuidar (*care e to care*)

O verbo cuidar apresenta diversas definições, de acordo com o dicionário Oxford Languages, entre elas “prestar atenção em; preocupar-se com; interessar-se por; tratar do bem-estar de, da aparência, conservação, manutenção de”. Tem sua origem no latim *cogito*: “remoer no pensamento, pensar, projetar”. Em um dicionário etimológico lemos: “Naquilo de que se cuida a gente sempre pensa, daí a mudança de sentido” (NASCENTES, 1955, p. 145) . Ações que podemos, de certa forma, também associar com a prática do urbanismo e da arquitetura em suas

várias instâncias, do desenho à política, da micro à macro escala. Apesar do cuidar e, consequentemente, do cuidado, fazerem parte do cotidiano de todo ser humano, ainda que às vezes não seja reconhecido como tal, pouco se discute sobre este tema vinculado ao campo do urbano no contexto brasileiro.

Há uma tendência de as discussões sobre cuidado permanecerem em áreas ligadas à saúde e à assistência social, como se o cuidado fosse limitado à ação prática de cuidar. No entanto, a noção de cuidado compreende o cuidado como tudo aquilo que é feito para manter, reparar ou dar continuidade ao mundo (FISHER E TRONTO, 1990). O cuidado surge a partir de um interesse ou preocupação pela necessidade e/ou demanda de outrem, e se desenvolve como um processo na relação entre cuidador e receptor de cuidado (ALAM E HOUSTON, 2020; WILLIAMS, 2020), que pode ser um indivíduo ou um coletivo, mas que não se limita ao ato de cuidar em si - essa é apenas uma fase do processo, que detalharemos na próxima seção. É entendido como uma ontologia social relacional, onde todos os seres, humanos e não-humanos, dependem de outro(s) para sobreviver.

Assim como o cuidado é relacional, o espaço construído e as formas espaciais são ao mesmo tempo produto e parte de relações e processos sociais complexos (TONKISS, 2005). Então, além do cuidado essencial que pode ser materializado, promovido por políticas públicas, há um enfoque psicológico, psicossocial, antropológico, de cuidado ao projetar, uma perspectiva mais humanizada que faz parte da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano, que passa pela consideração dos componentes afetivos na elaboração de planos, projetos e programas, como esclarece Fuão (2015) citado por Santos (2021):

O que funda a arquitetura não são as pedras, os tijolos ou as estacas, mas sim o amor, a hospitalidade, a capacidade de acolher, abraçar e proteger, próprias da arquitetura. Uma arquitetura onde o desejo possa morar, onde a subjetividade possa imperar sobre a domesticação. (FUÃO, 2015, p.23 apud SANTOS, 2021. p. 17)

A sensibilidade é a capacidade do arquiteto, urbanista ou planejador de responder às variáveis que definem um determinado contexto, que influenciam em suas ações, na materialização dessa resposta. Fatores primordiais como as relações entre os habitantes, o tipo de uso e ocupação dos espaços em questão, as variáveis culturais presentes, as novas relações que surgirão entre o projeto e o entorno, e a identificação das pessoas com o entorno físico e social, implicando uma sensação de pertencimento, participação, e de acolhimento, devem ser considerados no espaço concebido (ESPÓSITO, 2011).

Assim, posto que o cuidado é muito mais do que o ato de cuidar, se faz necessário ir além das estruturas e espaços de cuidado “tradicionais”, tais como hospitais, creches, centros de atendimento e assistência social, instituições de acolhimento (POWER E WILLIAMS, 2019). É preciso compreender primeiramente como o cuidado pode ser usado como esquema interpretativo e propositivo; segundo, como ele se manifesta no meio urbano em situações, espaços, e materialidades cotidianos, aguçando a percepção para identificá-los, para, finalmente, incorporar a abordagem do cuidado no campo do planejamento urbano, urbanismo e arquitetura.

2. Métodos

Este artigo foi desenvolvido a partir da busca por literatura sobre o tema cidade e cuidado, usando “cuidado”, “cidade”, e “urbano” (também em inglês e espanhol) como palavras-chave nas bases Google Scholar e Science Direct, além da busca em listas de referência de artigos, capítulos e livros relacionados. A pesquisa foi realizada entre outubro e dezembro de 2022.

Essa busca inicial faz parte das primeiras ações da pesquisa “XXXXXXX” (nome omitido para evitar a identificação dos autores) iniciada em setembro de 2022, cujo objetivo é a construção de base referencial teórica voltada à formulação e implementação de ações referentes ao *cuidado* a partir do campo de conhecimentos da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano, em uma perspectiva transdisciplinar. Todos os autores responsabilizaram-se por buscar e apontar

referências que julgaram importantes, a partir das palavras-chave e do tema estabelecidos. Após a apresentação dos textos pré-selecionados e leitura pelos membros, o referencial teórico inicial foi discutido em reuniões semanais, ocorridas no mesmo período citado. Os exemplos aqui apresentados foram incluídos a partir da experiência profissional de XXXXXXXX que atua junto à XXXXX (informações omitidas para evitar a identificação dos autores) , e presença a intersecção entre cuidado e a cidade em seu cotidiano.

3. O cuidado como esquema interpretativo

Dado que faz parte da vida diária das pessoas, o cuidado pode ser considerado como algo que já é “conhecido”, sobretudo por mulheres, a quem estruturalmente foi designado o papel de cuidadora e o cuidar, principalmente na esfera privada, por isso acaba sendo de difícil teorização. Qual o entendimento de cuidado sob a perspectiva da ética feminista então?

Carol Gillian, em 1982, foi a primeira autora a argumentar a favor de uma teoria moral que compreendesse pessoas como seres relacionais e interdependentes (DAVIS, 2022; WILLIAMS, 2020), contrastando com os ideais de autonomia e individualismo tão disseminados em sociedades capitalistas, neoliberais e desenvolvimentistas. Surge então uma ética do cuidado feminista baseada na ontologia social relacional (ou ontologia relacional), que se origina na prática e propensão humana de cuidar daqueles que nos são próximos, entendendo que todos os seres, humanos e não-humanos, dependem de outros para existir no mundo, enfatizando a responsabilidade coletiva por si e pelo outro (DAVIS, 2022; FISHER E TRONTO, 1990; WILLIAMS, 2020). Para Williams (2020), a ética do cuidado feminista vai ao encontro de outras ontologias e epistemologias que reconhecem a interdependência, a solidariedade, a reciprocidade, a interconexão, a coletividade, e a afinidade entre todos os seres.

Fisher e Tronto (1990) em seu capítulo seminal conceitualizam cuidado de maneira ampla e integrada, já que o cuidado é uma premissa básica para a sobrevivência como espécie. Elas definem cuidado como:

“uma atividade que inclui tudo que fazemos [como espécie] para manter, continuar ou reparar nosso ‘mundo’ para que possamos viver nele da melhor forma possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nosso ego, e nosso ambiente, entrelaçados em uma complexa teia que sustenta a vida” [tradução livre dos autores]. (ibid, p. 6)

Segundo Joan Tronto (FISHER E TRONTO, 1990; TRONTO, 2013; WILLIAMS, 2020), o cuidado pode ser interpretado e praticado a partir de cinco princípios ou componentes, a saber: 1) atenção [care about], notar e importar-se com a necessidade de cuidado de algo ou alguém; 2) responsabilidade [take care], assumir a responsabilidade pelo cuidado, principalmente sob o aspecto gerencial, de tomada de decisões e poder; 3) competência [care-giving], a prática do cuidar de fato, que depende de capacidades (individuais e coletivas) e condições para que possa ocorrer, tais como recursos materiais, tempo, conhecimento e habilidades (FISHER E TRONTO, 1990); 4) receptividade [care-receiving], ou a resposta daquele ou daquilo que recebe o cuidado, não sendo um receptor passivo; e 5) coletividade [care-with], reconhecendo o papel ativo e dinâmico tanto de quem cuida quanto de quem (ou do que) é cuidado, suas diferenças com relação a necessidades, poder e responsabilidades, e sua interdependência (ALAM E HOUSTON, 2020), na busca por um cuidado mais democrático, justo e equitativo (DAVIS, 2022), esforçando-se para garantir o acesso e a participação no cuidado de ambos.

Sob esta perspectiva, o cuidado pode ser entendido como um processo não-linear e iterativo, que envolve “a renovação contínua da atenção [care about], retomada ao contexto de necessidades, e manutenção [...] das conexões já estabelecidas entre aqueles envolvidos em relações de cuidado” [tradução livre dos autores] (DAVIS, 2022, p. 19). Isso quer dizer que o cuidado, o cuidar e os envolvidos nesta relação são refinados, modificados, melhorados ou ajustados ao longo do tempo, de acordo com novas demandas, preocupações, ações, atores,

contextos, e no transcorrer da própria relação de cuidado, já que a perspectiva do cuidador não deve ser a única considerada (ALAM E HOUSTON, 2020).

Complementarmente, Juliet Davis (2022) baseia-se no trabalho de Tronto e de outros para apontar mais duas características principais do cuidado como prática e como ética, além de natureza relacional e processual já mencionadas anteriormente. A primeira, foco nas necessidades, indica que o cuidado surge a partir de uma demanda ou necessidade de outrem, que instiga a atenção ou preocupação em resposta à essa demanda, e que deve ser definida em seu contexto específico. A segunda característica-chave, cuidado orientado para o futuro, adiciona uma dimensão temporal, haja vista que o cuidado é uma prática e ética propositiva, que ocorre com a intenção de preservar, moldar, e/ou melhorar dado relacionamento ou circunstância. Ou seja, ainda que a ação de cuidar ocorra no presente, ela tem incorporada em si o desejo de possibilitar resultados futuros que tragam bem-estar, prosperidade e florescimento.

O cuidado se materializa nos pequenos atos cotidianos, ativismos implícitos, que compõem “utopias concretas e diárias” (WILLIAMS, 2016, p. 824-5). São atividades que ocorrem no presente, são contextualizadas, e que podem ser iniciadas a qualquer momento. A autora enfatiza que, em geral, tais ações são invisíveis por não ocorrerem em grandes plataformas ou não causarem comoção, mas são elas que, de fato, impactam a vida diária dos seres, humanos e não-humanos, especialmente de grupos invisibilizados e minorizados. Porém, reconhecer tais utopias não é tão fácil quanto apontar injustiças e descasos, que em alguns casos são estruturais graças ao ideário colonialista, desenvolvimentista, neoliberal e capitalista das sociedades ocidentais (WILLIAMS, 2016).

Conhecer o conceito de cuidado e suas dimensões é, portanto, importante para aguçar o olhar e o entendimento e, principalmente, identificar ações de cuidado - e justiça - cotidianas. A seguir, apresentamos dois exemplos na cidade de São Paulo (SP), idealizados com foco em pessoas com deficiência, que discutimos a partir do que Alam e Houston chamam de infraestrutura alternativa de cuidado, baseadas no princípio do cuidado coletivo [care-with] (TRONTO, 2013).

4. Resultados e discussão.

4.1. Cuidado e pessoas com deficiência

Antes de discutirmos os exemplos mencionados, acreditamos ser importante contextualizar brevemente a participação de pessoas com deficiência na sociedade brasileira e sua relação com o cuidado.

A relação entre a sociedade brasileira e as pessoas com deficiência foi se alterando com o decorrer do tempo. Sasaki (2006) divide os períodos históricos em quatro paradigmas, a saber:

Exclusão - Caracterizou-se pela não participação da pessoa com deficiência na sociedade, assim como a rejeição social destes indivíduos, perdurou até o início do século XX.

Segregação - Entre as décadas de 1920 até 1940, evidenciado pelo assistencialismo, as pessoas com deficiência eram retiradas do convívio social passando a viver confinadas em instituições específicas (como asilos, conventos, hospitais). Para Lorentz (2006):

“É evidente que neste contexto inspirado na caridade, na pena e na repulsa, a interação da sociedade com a PPD [pessoa com deficiência] era caracteristicamente angustiada, baseada predominantemente na piedade (caridosa) e no distanciamento, já que se tratava de uma relação entre pessoas não iguais, implicando a existência de um superior (o que tem pena) e de outro inferior (do qual se tem pena), relação esta também marcada pelas noções católico-cristãs de culpa e pecado em não assistir a uma pessoa necessitada.” (LORENTZ, 2006, p. 131 apud NASCIMENTO, 2011, p. 18)

Integração - Durante a década de 1950 até o término da década de 1980, adotou-se o modelo médico de deficiência, cujo pensamento era que a pessoa com deficiência necessitava de tratamento ou cura para se tornar capaz de integrar-se à sociedade. Neste período, foi criada a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), um marco na prestação de cuidados, e surge o movimento das pessoas com deficiência, e elas passam a tomar a frente de suas lutas, como coloca Lanna Junior:

“A opressão contra as pessoas com deficiência tanto se manifestava em relação à restrição de seus direitos civis quanto, especificamente, à que era imposta pela tutela da família e de instituições. Havia pouco ou nenhum espaço para que eles participassem das decisões em assuntos que lhes diziam respeito. Embora durante todo o século XX surgissem iniciativas voltadas para as pessoas com deficiência, foi a partir do final de 1970 que o movimento das pessoas com deficiência surgiu, tendo em vista que, pela primeira vez, elas mesmas protagonizaram suas lutas e buscaram ser agentes da sua própria história.” (LANNA JUNIOR, 2010, p. 12)

O ano de 1981 foi proclamado o Ano Internacional das Pessoas Deficientes pelas Nações Unidas. Teve como finalidade chamar as atenções para a criação de leis e movimentos, na tentativa de dar ênfase à igualdade de oportunidades e participação das pessoas com deficiência, o que hoje podemos entender como uma articulação inicial com a perspectiva do cuidado.

Observa-se que o lema amplamente utilizado “nada sobre nós sem nós” foi cunhado pela primeira vez em 1986 pelo ativista William Rowland no artigo “Nada Sobre Nós, Sem Nós: Algumas Reflexões Históricas sobre o Movimento da Deficiência na África do Sul” [Nothing About Us Without Us: Some Historical Reflections on the Disability Movement in South Africa], cuja essência demonstra a busca plena da participação e protagonismo das pessoas com deficiência na sociedade.

Inclusão - O paradigma vigente desde a década de 1990 apresenta alguns princípios fundamentais como: a celebração das diferenças, o direito de pertencer, a valorização da diversidade humana, a solidariedade humanitária, a igual importância das minorias e a cidadania com qualidade de vida (SASSAKI, 2006, p. 16). Princípios esses em congruência com a ideia de cuidado da ética feminista.

A seguir, a Figura 1 apresenta didaticamente e aprofunda a descrição de tais paradigmas.

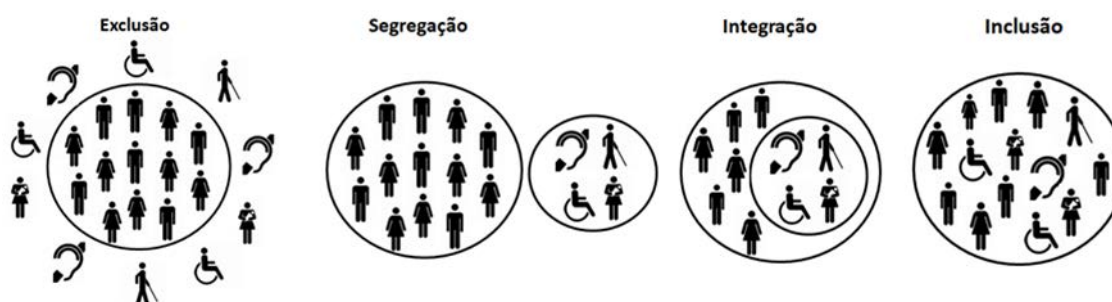


Figura 1. Divisão dos períodos históricos em quatro paradigmas segundo Sasaki (2006). Descrição da imagem: Quatro imagens constituídas por círculos e símbolos representando pessoas que remetem aos paradigmas, respectivamente da direita para esquerda: exclusão, segregação, integração e inclusão. Fonte: Elaborado pela Autora X

Cada um destes paradigmas predomina durante certo tempo e convive com formas diferenciadas, híbridas, sendo substituído pouco a pouco pelo outro, considerando muitas vezes avanços e retrocessos. Por exemplo, ainda hoje observamos que a exclusão e a segregação são praticadas, mas também vemos que a integração está sendo substituída, aos poucos, pela inclusão. De acordo com Maior e Paula:

“Nada aconteceu por acaso ou como benesse. Muito ao contrário, no Brasil, cada resultado foi marcado pela luta ininterrupta, notadamente, a partir de 1980, quando teve início o movimento social das pessoas com deficiência em defesa de seus direitos. Sob o lema “Nada sobre nós, sem nós”, as pessoas com deficiência escreveram e ainda escrevem, no Brasil e na ONU, a sua história, cada vez com mais avanços e conquistas que se traduzem em redução das desigualdades e equiparação das oportunidades.” (MAIOR E PAULA, 2008, p. 39)

A história do movimento das pessoas com deficiência reflete uma busca não apenas por direitos constitucionalmente garantidos, mas também pelo acesso e participação no cuidado individual, coletivo, e do outro. As dimensões do cuidado se fazem presentes, sobretudo nos paradigmas da integração e inclusão das pessoas com deficiência, quando passam a assumir papel de destaque e se tornam parte do processo de tomada de decisão, no cuidar do outro e de si, e na resposta ao cuidado que já vinha sendo oferecido, deixando a posição de espectadora, coadjuvante ou mera receptora de cuidado.

Os dois exemplos que discutiremos aqui ilustram como a relação entre cuidado e pessoas com deficiência se concretiza espacialmente na cidade de São Paulo. Inseridas em estruturas “tradicionais” - de cima para baixo, elas viabilizam o cuidado de forma coletiva e democrática.

4.2. Inclui Sampa nos Bairros

Um dos desafios que pessoas com deficiência enfrentam é o acesso a serviços públicos, seja pela falta de informação sobre seus direitos e deveres como cidadãos, falta de acessibilidade dos edifícios públicos e localização dos órgãos, atendimento em horários restritos, entre outros. Frente a isso, o programa “Inclui Sampa nos Bairros” foi organizado pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) em parceria com outras secretarias municipais e Governo do Estado. Sua finalidade é disponibilizar serviços públicos essenciais e necessários para a população com deficiência em no formato de evento temporário, dentre os quais destacam-se as áreas de saúde, assistência social, habitação, trabalho, e transportes.

O evento já ocorreu em duas edições: a primeira aconteceu no CEU Capão Redondo (zona sul da cidade) em 17 de setembro de 2022, e a última foi sediada no CEU Aricanduva (zona leste) no dia 19 de novembro de 2022, como ilustrado na Figura 2, ambos bairros populosos em áreas de periferia, com alto número de pessoas vivendo em situações de vulnerabilidade e com pouco acesso a infraestruturas formais de serviços e cuidado.

Os serviços oferecidos, todos gratuitos, incluíam apoio com cadastros (Figura 3) como o Cadastro Único (CADÚnico), necessário para acessar benefícios assistenciais como Renda Cidadã, Auxílio Brasil e Auxílio Emergencial; manutenção e reparo de cadeiras de rodas e dispositivos auxiliares (Figura 4), como próteses, órteses, muletas, bengalas e andadores; orientações tendo como foco a inclusão social, entre outros. Além disso, o público também teve acesso a apresentações culturais e esportivas. Na última ocasião, inclusive, foi lançada a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTÉA), um novo serviço para atender a demanda da população paulistana com autismo (PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO, 2022).



Figura 2. Foto das tendas de atendimento ao público no evento Incluir Sampa nos Bairros realizado em novembro de 2022. Descrição da imagem: Fotografia do evento Incluir Sampa nos Bairros, realizado no CEU Aricanduva, vista geral demonstrando diversas tendas brancas alinhadas, cada uma contendo serviços voltados às pessoas com deficiência. Fonte: Elaborado por Autora X

UNIDADE MÓVEL DO CADÚNICO. Foram feitos atendimentos relacionados ao CADÚnico (inserção e atualização), orientações sobre o Renda Cidadã, Ação Jovem, Auxílio Brasil, Renda Mínima e Auxílio Emergencial.



Figura 3. Foto da unidade móvel do Cadastro Único (CADÚnico) no evento Incluir Sampa nos Bairros. Fonte: Autora X.

PARAOFICINA MÓVEL. Serviço gratuito de manutenção e reparos em cadeiras de rodas, órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, como muletas, bengalas e andadores. No local foram realizadas avaliações iniciais, limpezas e reparos simples.



Figura 4. Foto da paraoficina móvel no evento Inclui Sampa nos Bairros. Fonte: Autora X, 2022.

Embora tenha partido do poder público e seja efêmero, já que a proposta é de um evento com duração determinada, entendemos que este programa pode ser visto como uma infraestrutura de cuidado alternativa.

O conceito de infraestruturas alternativas de cuidado surge então do cruzamento entre o entendimento de infraestruturas como uma dimensão da vida diária e do princípio do cuidado como coletividade, na busca por oportunizar o acesso a participação no cuidado de forma igualitária, democrática, justa e inclusiva para todos (ALAM E HOUSTON, 2020). Para os autores, infraestruturas urbanas devem ser entendidas como sistemas técnico-sociais, não apenas como as estruturas materiais das cidades - vias, cabeamentos, encanamentos, câmeras, transportes, etc. As infraestruturas alternativas caracterizam-se então como formas de cuidado cotidianas que ocorrem em espaços e materialidades não-institucionais, que apoiam indivíduos ou grupos vulneráveis, marginalizados, ou em situações precárias (ibid., 2020).

O programa Inclui Sampa nos Bairros foi concebido de forma contextualizada para atender as demandas da população que vive em bairros periféricos, aproximando-se do público fora das estruturas institucionais tradicionais, e oferecendo cuidado de forma coletiva e específica para pessoas com deficiência. Portanto, esse programa possibilita, em certa medida - pois ainda é uma iniciativa nova e passível de ajustes e críticas - a participação, inclusão e acesso ao cuidado de pessoas com deficiência.

4.2. Fraldário

O segundo exemplo discute o fraldário/trocador em sanitários familiares acessíveis como uma materialidade que apoia o ato de cuidar e onde relações de cuidado se desenrolam, mas que, em geral, acabam sendo desconsiderados ou negligenciados nos espaços públicos e coletivos.

Nem todos os sanitários dispõem de fraldários, o que muitas vezes acaba levando famílias a fazerem a assepsia de crianças em ambientes desconfortáveis, insalubres ou inadequados. Ou seja, é uma demanda sensível e urgente, tendo em vista as dificuldades que os responsáveis enfrentam quando saem com crianças, principalmente caso estejam sozinhos, e não encontram trocadores disponíveis.

A Figura 5 ilustra esta situação cotidiana, que não é exclusiva do contexto brasileiro. A fotografia foi postada nas redes sociais deste pai em 2018 com os seguintes dizeres: “Esta é uma postagem séria!!! Qual é o problema de não ter trocadores no banheiro masculino como se não existíssemos!” [tradução livre dos autores] (PALMER, 2018 apud BEVER, 2018). A fotografia viralizou nos Estados Unidos e o pai acabou dando entrevista ao jornal *The Washington Post*. A jornalista ainda complementa:

“Ter trocadores em banheiros masculinos é apenas um pequeno passo no processo de retificar a discriminação de gênero herdada. Os homens que estão cientes desse preconceito querem

participar igualmente no processo de cuidado infantil e nossa sociedade deve apoiar isso. É hora de sujar as mãos” [tradução livre dos autores] (BEVER, 2018, s.p.)



Figura 5.: Fotografia do pai trocando a fralda do filho de um ano em um sanitário público sem trocador. Descrição da imagem: Homem agachado trocando a fralda do seu filho de 1 ano em um sanitário público que não há fraldário. Fonte: Benver, 2018.

Os fraldários são, na maioria das vezes, instalados (quando o são) em sanitários femininos. Essa prática não só perpetua o estigma de que o cuidado de crianças é de responsabilidade de pessoas do gênero feminino, como também ignora as diversas configurações que uma família pode ter. Atualmente, vemos cada dia mais o cuidado ser partilhado entre mães, pais, avós, irmãos, familiares, e outros responsáveis que, algumas vezes, passam por situações constrangedoras nos sanitários públicos. A Figura 6 ilustra por meio da charge o não-cuidado ou descaso que ocorre nestas situações cotidianas.



Figura 6.: Charge de Rodrigo Bueno que retrata a dificuldade do pai que não encontra trocador disponível no sanitário familiar ou no sanitário coletivo masculino. Fonte: <https://lunetas.com.br/fraldario-em-banheiro-masculino/>

A título de exemplo, a norma 9050 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS [ABNT], 2020) recomenda que edifícios de uso público ou coletivo tenham sanitário familiar com

entrada independente, com boxe provido de sanitário acessível e boxe com superfície para troca de roupas na posição deitada. Complementarmente, a Lei Municipal nº 16.736, de 1º de novembro de 2017 estabelece que “os fraldários deverão ser instalados em locais reservados, próximos aos banheiros, e serão de livre acesso aos usuários de ambos os sexos” (PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO, 2017), de preferência no sanitário acessível familiar, com a seguinte ressalva: “quando não houver local reservado, o fraldário deverá ser instalado dentro dos banheiros feminino e masculino”.

O Centro Paralímpico em São Paulo é um dos edifícios de uso coletivo que dispõe de sanitário familiar com trocador (Figura 7), em concordância com a lei. Dentro do sanitário familiar, há a instalação do fraldário/trocador, que inclusive pode ser usado por pessoas de outras idades, em conjunto com a acessibilidade. Isso favorece o uso e acesso igualitário desta infraestrutura, independente de gênero, atendendo a necessidade de diversos públicos.



Figura 7: . Foto panorâmica do sanitário familiar no Centro Paralímpico localizado na cidade de São Paulo. Fonte: Autora XXXXX , 2022.

Neste caso, o sanitário familiar acessível e com fraldário/trocador pode ser interpretado como uma infraestrutura alternativa por ser uma dimensão cotidiana e básica para pais e crianças que precisam de uma área segura, confortável e adequada para assepsia. Esta infraestrutura não só oferece suporte ao cuidado, mas também permite seu uso e do Centro como um todo de forma inclusiva e democrática, já que não se restringe a um gênero ou idade. Cabe ressaltar, no entanto, que o acesso a esse tipo de sanitário não deve ser exclusivo e limitado à pessoas com crianças e/ou famílias, o que poderia gerar o resultado oposto ao esperado, de não-cuidado com outras pessoas que possam precisar deste espaço.

5. Conclusões

Neste artigo, buscamos introduzir o cuidado a partir da ética feminista como um esquema interpretativo e propositivo. O cuidado engloba toda atividade cujo propósito é reparar, manter ou dar continuidade ao(s) mundo(s) e que possibilite o bem-estar e o florescimento de todos. Surge a partir do reconhecimento e atenção às necessidades do outro, ocorre no presente com vistas ao futuro, e se dá em um processo interativo e relacional que se modifica. Também é preciso assumir responsabilidade pelo cuidado, ter competência para praticá-lo, exercê-lo de maneira coletiva, equitativa, justa e democrática, de forma que aquele (ou aquilo) que é cuidado seja reconhecido como parte atuante do processo e responda à ele, na medida do possível.

Algumas questões e campos de pesquisa se colocam em relação às práticas do cuidado, às instituições e aos grupos e indivíduos que são objeto de cuidado no contexto urbano: a infância, o envelhecimento, grupos sociais minoritários, e outros. Muitas pesquisas, políticas públicas, planos e projetos de urbanismo tratam de questões relacionadas ao tema do cuidado, mas não discutem e nem se utilizam do conceito. Veja-se, por exemplo, a recente obra coletiva “Cidade, gênero e infância” (LOEB e LIMA, 2021), um trabalho de excepcional qualidade que aborda inúmeras questões relacionadas aos temas que dão título ao livro. Ou as políticas públicas de muitos

municípios voltadas à infância e ao envelhecimento que, elaboradas na esfera do cuidado, não se referem ao conceito como um possível unificador de ações.

Uma das questões presentes no debate dessas novas formas de ação e gestão - mas também de interpretação - desses temas emergentes é a questão das escalas. Tais experiências e as formulações teórico-conceituais que as acompanham, em geral tem um forte aspecto local - pois ocorrem em uma cidade, em um distrito, em um bairro, em uma comunidade. Como tais experiências podem se expandir, adquirindo sentidos e significados mais amplos? Como podem vir a constituir-se em modelos que tenham validade em âmbitos mais gerais, regionais ou nacionais?

Para colocar e desenvolver essas questões, ao mesmo tempo teóricas e práticas, o caminho parece ser o envolvimento e o compromisso com as práticas do cuidado e seus dispositivos - materialidades, espaços, agentes e infraestruturas - que podem parecer muitas vezes despercebidos. Muitas vezes trata-se de pequenos cuidados, sem grandes manifestações, sem repercussão midiática, que criam espaços de afeto (WILLIAMS, 2020). A provisão de segurança, de bem-estar, empatia, respeito, paciência, o valorizar, e o tomar conta são cuidados afetivos que influenciam os sentimentos, pensamentos e comportamentos individuais e coletivos. Como coloca Gabauer:

“Analisando os debates de cuidado e descuido observa-se a importância de entender as pessoas não apenas como indivíduos multifacetados, mas também como partes ativas de uma teia de relações sociais e práticas espaciais de reciprocidade” [tradução livre dos autores] (GABAUER et al., 2021, p. 6).

Essas práticas de reciprocidade se concretizam no urbano de diversas formas, sendo uma delas as infraestruturas alternativas de cuidado. Aqui mencionamos dois exemplos que ilustram essas infraestruturas, ainda que tenham partido do fluxo “tradicional” (de cima para baixo), e que promovem o cuidado de forma coletiva. Reconhecer tais infraestruturas potencializa sua atuação, dá valor ao trabalho de quem atua para e nestes espaços, e colabora para o florescimento de outras iniciativas. Isso possibilita a ampliação das ações de cuidado, dá protagonismo e agência para diversas pessoas, e promove justiça na cidade de forma localizada.

Para Williams (2016; 2017; 2020), são essas atividades, localizadas e específicas em determinado contexto, conduzidas no dia-a-dia por seres humanos e não-humanos, que funcionam como resposta às injustiças na cidade. Ao buscar combater o racismo, sexismo, preconceitos com gênero, sexualidade ou idade, violência, entre outras questões que surgem a cada dia, demonstra-se cuidado (afetivo e coletivo) com os indivíduos, a sociedade e os seres como um todo. Ao rejeitar generalização, distanciamento, abstração e homogeneização da população, as diversidades existentes na cidade são reconhecidas e acolhidas.

Olhar para as questões urbanas a partir da ética feminista do cuidado é uma forma de ser/pensar/fazer a vida urbana partindo de uma perspectiva do cotidiano, de ações mundanas e comuns. Sendo assim, planejar, projetar, desenhar, investigar e propor o urbano através da perspectiva do cuidado torna possível promover ações de “justiça cuidadosa” [care-full justice] (WILLIAMS, 2017) comprometidas em manter e reparar o mundo, na busca por uma cidade mais justa: inclusiva, solidária, diversa, equitativa, respeitosa, coletiva e democrática.

6. Referências

ALAM, Ashraful; HOUSTON, Donna. Rethinking care as alternate infrastructure. *Cities*, [S. l.], v. 100, 2020. DOI: 10.1016/j.cities.2020.102662. Acesso em: 17 out. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BEVER, Lindsey. 'As if we don't exist': Frustrated father pleads for more changing tables in men's restrooms. **The Washington Post**, 3 out. 2018. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/parenting/wp/2018/10/03/as-if-we-dont-exist-frustrated-father-pleads-for-more-changing-tables-in-mens-restrooms/>. Acesso em: 27 nov. 2022.

CHATDZIDAKIS, Andreas *et al.* **The Care Manifesto**. The Politics of Interdependence. The Care Collective. London/New York: Verso, 2020.

DAVIS, Juliet. **The caring city: ethics of urban design**. Bristol: Bristol University Press, 2022.

ESPÓSITO G., F. **El afecto en la arquitectura: la relacion arquitecto-lugar-habitante a traves de la experiencia del proyecto**. Barcelona, 2011. 360p. Tese de (Doutorado em Arquitetura) - E. Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona, Universitat Politècnica de Catalunya,. Barcelona, 2011. Barcelona

FISHER, Berenice; TRONTO, Joan. Toward a Feminist Theory of Caring. *Em*: ABEL, Emily K.; NELSON, Margaret K. (Org.). **Circles of Care: Work and Identity**. Albany: SUNY Press, 1990. p. 35–62.

FUÃO, F. As formas do acolhimento na arquitetura. *In*: SOLIS, Dirce Eleonora Nigro; FUÃO, Fernando Freitas. **Derrida e arquitetura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015., *apud* SANTOS, 2021.

GABAUER, Angelika; KNIERBEIN, Sabine; COHEN, Nir; LEBUHN, Henrik; TROGAL, Kim; VIDERMAN, Tihomir; HAAS, Tigran. **Care and the City**. New York: Routledge, 2021. DOI: 10.4324/9781003031536. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781003031536>.

KUSSY, Angelina; PALOMERA, David; SILVER, David. The caring city? A critical reflection on Barcelona's municipal experiments in care and the commons. **Urban Studies**, v. 0, n. 0, 8 dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/00420980221134191>.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LOEB, Rodrigo M.; LIMA, Ana Gabriela G. (Orgs). **Cidade, gênero e infância**. São Paulo: Romano Guerra: Pistache Editorial: Instituto Brasileira, 2021.

MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro; PAULA, Ana Rita de. Um mundo para todos: universalização de direitos e direito à diferença. **Revista Direitos Humanos**, Brasília, n. 1, p. 34-39, 2008. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/revistas/a_pdf/revista_sedh_dh_01.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

NASCENTES, Antenor. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Acadêmica: Francisco Alves: São José: Livraria de Portugal, 1955.

NASCIMENTO, Matheus Alves do. **Efetividade da política de reserva de vagas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. 2011. Monografia (Graduação) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

POWER, Emma R.; WILLIAMS, Miriam J. Cities of care: A platform for urban geographical care research. **Geography Compass**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. e12474, 2020. DOI: 10.1111/gec3.12474. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/gec3.12474>. Acesso em: 16 out. 2022.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. **SMPED passa a emitir carteira de identificação para pessoas com autismo**. São Paulo, 16 nov. 2022. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/noticias/?p=337920. Acesso em: 27 nov. 2022.

SANTOS, Juliana Nunes dos. **Arquitetura da hospitalidade: acolhimento do habitante na fronteira entre edifício e cidade**. 2021. Dissertação (de Mestrado em Arquitetura) - apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora WVA, 2006.

TONKISS, Fran. **Space, the city and social theory: Social relations and urban forms**. Cambridge (UK): Malden (MA-USA): Polity, 2005.

TRONTO, Joan C. **Caring democracy: markets, equality, and justice**. New York and London: New York University Press, 2013. Disponível em: <http://ebookcentral.proquest.com/lib/senc/detail.action?docID=1153346>.

WILLIAMS, Miriam J. Care-full Justice in the City. **Antipode**, [S. l.], v. 49, n. 3, p. 821–839, 2017. DOI: 10.1111/ANTI.12279. Acesso em: 17 out. 2022.

WILLIAMS, Miriam J. Justice and care in the city: uncovering everyday practices through research volunteering. **Area**, [S. l.], v. 48, n. 4, p. 513–520, 2016. DOI: 10.1111/AREA.12278. Acesso em: 27 out. 2022.

WILLIAMS, Miriam J. The possibility of care-full cities. **Cities**, [S. l.], v. 98, 2020. DOI: 10.1016/j.cities.2019.102591. Acesso em: 17 out. 2022.